



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

No dia 3 do mês de dezembro de 2014, pelas 11:12 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 228/XII, relativa à reunião de 26 de novembro de 2014

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Coordenador da Comissão de Planeamento para o Processo de Fusão Estradas de Portugal /REFER e do Presidente do Conselho de Administração da REFER

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 261/XII/4.ª (GOV) – “Assegura a execução ao Regulamento (CE) n.º 2368/2002, do Conselho, de 20 de dezembro de 2002, relativo à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto”

Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)

4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 220/XII/3.ª (GOV) – “Estabelece os termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental, em função da respetiva localização geográfica, bem como obrigações específicas de informação aos consumidores acerca da gasolina e gasóleo rodoviários disponibilizados nos postos de abastecimento”

5. Metodologia a adotar para cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 20 de outubro – “Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.”

6. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

Depois de verificado o quórum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com o ponto

1. Apreciação e votação da ata n.º 228/XII, relativa à reunião de 26 de novembro de 2014

Submetida à votação a ata n.º 228/XII, relativa à reunião de 26 de novembro de 2014, foi aprovada por unanimidade, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE.

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Coordenador da Comissão de Planeamento para o Processo de Fusão Estradas de Portugal /REFER e do Presidente do Conselho de Administração da REFER

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o requerimento para audição do Coordenador da Comissão de Planeamento para o Processo de Fusão Estradas de Portugal/REFER e do Presidente do Conselho de Administração da REFER, nos seus termos, e referiu-se à polémica introduzida pelo Presidente da Administração da REFER e aos objetivos do Governo aparentemente em conflito, concluindo ser necessário esclarecer a situação.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) considerou tratar-se de questão importante, manifestando preocupação com futuros despedimentos e a venda de património, pelo que deveria haver audição.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou posição crítica da estratégia que estava a ser seguida, até na estrutura técnica, e manifestou preocupação com as consequências financeiras desta medida, estranhando não haver posições sobre esta situação.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.^a SL

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) considerou que o objetivo do Governo era claro e racional na criação de sinergias, e que o requerimento criava alarido em questões internas durante o processo de fusão, pelo que não o acompanham.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) considerou que estas eram situações de mudança, que podiam ser difíceis de aceitar, e disse que o Parlamento era o local para avaliar posições políticas, perspetivando fazê-lo quando o Ministro da Economia viesse à Comissão, mas notando que não era aquele o momento oportuno.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) disse que o PS não ficaria à espera da iniciativa da maioria e tomaria a iniciativa, notou que naquele momento estavam em causa os próprios objetivos enunciados pelo Governo, referindo-se a eventuais manobras individuais e lamentando a proteção dada pela maioria a esta situação, o que criticou.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) rejeitou a crítica feita ou quaisquer proteções, admitindo vir a fazer audições oportunamente, sem seguir alaridos noticiosos.

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) disse conhecer ambos os envolvidos, preferindo fazer a audição enquanto o processo não estava concretizado, o que se perspetivava no decorrer de 2015, com a parte jurídica logo em Janeiro. Ponderou analisar nesse momento eventuais consequências financeiras, fiscais, laborais e outras, porque depois seria tarde demais.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) pediu escusa da votação.

Submetido o requerimento em apreciação a votação, foi o mesmo rejeitado, com votos a favor do PS, do PCP e do BE, e contra do PSD do CDS-PP.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 261/XII/4.^a (GOV) – “Assegura a execução ao Regulamento (CE) n.º 2368/2002, do Conselho, de 20 de dezembro de 2002, relativo à aplicação

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto”

Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) apresentou o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator sobre a Proposta de Lei n.º 261/XII/4.ª (GOV) – “Assegura a execução ao Regulamento (CE) n.º 2368/2002, do Conselho, de 20 de dezembro de 2002, relativo à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto”.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) cumprimentou o Senhor Deputado Relator, cujo Parecer elogiou.

Submetido o projeto de Parecer em apreciação a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE.

4. Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 220/XII/3.ª (GOV) – “Estabelece os termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental, em função da respetiva localização geográfica, bem como obrigações específicas de informação aos consumidores acerca da gasolina e gasóleo rodoviários disponibilizados nos postos de abastecimento”

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou a apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 220/XII/3.ª (GOV), já discutida no Grupo de trabalho do setor automóvel, pondo à votação, globalmente, o respetivo Relatório de votação indiciária na especialidade, que foi ratificado por unanimidade pelos Senhores Deputados do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) recordou ter pedido que a votação tenha lugar na Comissão, explicando não ter sabido da reunião do Grupo de trabalho.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão explicou a situação, avisando que, de futuro, só não haverá votação em Comissão se houver unanimidade, e elogiou o trabalho do Senhor Coordenador do Grupo de trabalho do setor automóvel, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

O Senhor Coordenador do Grupo de trabalho do setor automóvel, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) recordou a convocatória do Grupo de trabalho, sendo a hora e data da reunião consensualizada posteriormente, e o procedimento seguido, como habitualmente, explicando os passos seguidos.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) enalteceu o espírito como foi efetivado o processo no Grupo de trabalho do setor automóvel, em que participou, explicando.

O Senhor Deputado Helder Amaral (CDS-PP) deu os parabéns ao Grupo de trabalho do setor automóvel, recordando anterior votação do Código da Estrada, sublinhando a vantagem de fazer votações na Comissão e admitindo que o Grupo parlamentar do CDS-PP não aceite mais votações em Grupo de trabalho.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) recordou contatos feitos para essa reunião, admitindo ter havido lapso.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) distinguiu

- o caso concreto,
- da metodologia de trabalho, em que defendeu manter-se a necessidade de acordo para votações em Grupo de trabalho, analisando o enquadramento da metodologia no Regimento.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu os esclarecimentos, fez o ponto da situação, que resumiu em “tudo como dantes”.

5. Metodologia a adotar para cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 20 de outubro – ”Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão recordou a distribuição da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014 a todas as Comissões, que têm nomeado relatores.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) explicou a metodologia diferente da seguida para outros processos legislativos, recordou o prazo muito curto, reiterando a disponibilidade do Grupo parlamentar do PSD para esta iniciativa, e propôs a recolha de todos os contributos.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) saudou a disponibilidade da Senhora Deputada Relatora, a quem manifestou confiança.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) disse já ter proposta que enviará aos Grupos parlamentares para recolha de contributos, não haver tempo para fazer audições ou visitas, e apresentou a proposta por áreas (em anexo), com perguntas tipo e específicas, perspetivando apenas duas audições, da Associação nacional das Famílias numerosas e da Associação das Empresas familiares.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) pediu o envio da metodologia para fazerem contributos na próxima reunião da Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão fez o ponto da situação, perspetivando agendar esta matéria na próxima reunião da Comissão.

6. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão informou que chegou à Comissão, e foi distribuída, a redação final relativa à Proposta de Lei nº 237/XII (cadastro predial), tendo o Senhor Deputado António Cardoso (PS) manifestado concordância, assim ficando fixada a redação final, sem votos contra.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão informou ter sido um pedido de audiência de um grupo de sindicatos sobre a situação na TAP, que ficou marcada para a próxima 3.ª feira, às 11h30, no Grupo de Trabalho Audiências da CEOP.

Ainda sobre a TAP, informou que o Ministro da Economia tinha proposto a sexta-feira seguinte, dia 5, às 15h, para a sua audiência, na sequência do requerimento do PCP, aprovado na anterior reunião da Comissão, dialogando com os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP) e Rui Paulo Figueiredo (PS), ficando de ser tentadas datas alternativas na semana seguinte.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 229/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Manuel Mota
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Heloísa Apolónia
Luís Leite Ramos
Odete Silva
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: